

Senado abre hoje seu

ILIENSE

Brasília, quinta-feira, 26 de abril de 1990 5

arquivo de política

O Brasil poderá conhecer um pouco mais sobre sua História a partir das 10h de hoje, quando o Senado vai abrir o cofre com os documentos sobre toda a História da República e que ficará aberto a consultas no Arquivo do Senado Federal. Os documentos são um relato vivo de decisões de governo, relações do Governo com o Legislativo, enfim toda a História contemporânea brasileira até o final do governo Sarney.

Mas nem tudo será aberto a consultas e à curiosidade de pesquisadores, jornalistas e acadêmicos. O presidente do Senado, Nelson Carneiro, nomeou uma comissão para analisar todos os papéis e decidir o que pode e o que não pode vir a público. Nos Estados Unidos, qualquer documento, depois de 25 anos, fica exposto a consultas. Durante a Assembléia Nacional Constituinte, houve uma proposta do deputado Pimenta da Veiga, hoje candidato ao governo de Minas Gerais, para que também no Brasil se desse publicidade a documentos oficiais depois de 25 anos. A emenda, no entanto, foi derrotada.

Para decidir o que pode e o que não pode ser do conhecimento público, haverá a comissão presidida pelo senador

Francisco Rollemberg (PMDB-SE), e formada ainda por Jarbas Passarinho (PDS-PA), Luís Vianna Filho (PMDB-BA), Mário Maia (PDT-AC), Nabor Júnior (PMDB-AC). O senador Jarbas Passarinho explica que a análise será caso a caso, e não depois de vencido um prazo de 25 anos, para se evitar que haja o risco de "reabertura de eventuais velhas feridas".

O acervo do Senado reúne documentos legislativos ou históricos diretamente relacionados a vida político-institucional do Brasil. Por exemplo, podem ser encontrados documentos como a correspondência do líder comunista Luís Carlos Prestes, recentemente falecido, o processo da cassação de seu mandato de senador, em 1947; papéis relativos à renúncia do ex-presidente Jânio Quadros, em 1961; as atas do Senado que relatam a abdicação do Imperador D. Pedro I, em 1831; o discurso que ele fez na abertura dos trabalhos legislativos da primeira constituinte e muitos outros.

O critério para que um papel seja considerado documento histórico, no Senado, é o de arquivar todos os papéis produzidos há mais de 20 anos.